



Projecto de Resolução N.º 1284/XII

Recomenda ao Governo acção concertada entre autarquias, Governo Regional dos Açores e Parlamento nas negociações com o Governo dos EUA a propósito da Base das Lajes

No dia 8 de janeiro de 2015, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América anunciou a redução da presença norte-americana na Base Aérea Portuguesa n.º4, nas Lajes. Esta decisão veio confirmar aquilo que já tinha sido divulgado por Washington em novembro de 2012, em resultado da redução da presença militar norte-americana na Europa face à nova perspectiva estratégica, aos cortes orçamentais e perante o uso de novas tecnologias.

Perante esta decisão unilateral, Portugal demonstrou o seu desagrado manifestando, ao mesmo tempo, preocupação pelas consequências de tal medida na situação económica e social da ilha Terceira e na Região Autónoma dos Açores.

Esta decisão da Administração norte-americana envolve uma redução não apenas da presença militar mas também um ajustamento significativo ao nível dos trabalhadores civis da base.

Desde 2009, quando o Pentágono decidiu, através do “Air Mobility Command”, desclassificar a base das Lajes para um nível inferior, que esta questão está colocada em cima da mesa procurando-se encontrar uma solução que minimize os impactos, ao mesmo tempo que seja assumida a responsabilidade de tal decisão.

Contudo, as alterações geopolíticas e geoestratégicas que se têm verificado nos últimos anos no sistema internacional fizeram com que os EUA viessem a concretizar a sua intenção de redimensionar a sua presença na Europa e definir novas prioridades para a sua política de defesa a nível europeu.

Na sequência desse anúncio o Governo da República, o Governo Regional dos Açores e as autarquias afectadas pela decisão norte-americana, procuram encontrar soluções que permitam mitigar o forte impacto que ela terá no arquipélago. Foi decidida a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, integrando representantes, ao nível de Secretário de Estado, dos Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, dos Assuntos Parlamentares e Igualdade, do Desenvolvimento Regional, do Emprego e da Economia e também o Vice-presidente do Governo Regional dos Açores.

O objectivo é acompanhar o diálogo com as autoridades norte-americanas, procurando encontrar uma via de negociação para uma solução melhor do que qualquer fórmula de confrontação, em simultâneo com a avaliação dos vários contributos locais, regionais e nacionais de forma a criar uma posição firme, coerente e consensual do país.

É fundamental que Portugal tenha uma posição clara e inequívoca, uma posição de grande unidade que permita otimizar a defesa dos interesses nacionais com base na relação de amizade e cooperação que une os dois países.

Esta é uma matéria que deve unir o país e as suas forças partidárias não devendo ser utilizada como arma de arremesso político ou entendida como exclusiva quer das autoridades do continente quer das autoridades açorianas. Esta é uma questão nacional que a todos preocupa e para a qual devemos, nos mais diversos planos, juntar esforços para encontrar o maior consenso possível.

Ao mesmo tempo a Assembleia da República acompanha com interesse, preocupação e empenho os desenvolvimentos desta questão na medida da sua importância para a relação entre Portugal e os EUA e do seu impacto económico, social e ambiental para a Região Autónoma dos Açores.

Assim os deputados e as deputadas dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do art.º 156.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo:

1. Que mantenha uma posição de firmeza na salvaguarda das devidas compensações ao impacto económico, social e ambiental da redução da presença norte-americana da Base das Lajes;
2. Que concretize uma proposta concertada com o Governo Regional e as autarquias envolvidas;
3. Que conjugue esforços com o Parlamento, junto das autoridades norte-americanas eleitas, com ligação à comunidade portuguesa, em ações que possam ajudar ao sucesso das negociações em curso.

Palácio de São Bento, 25 de Fevereiro de 2015

Os deputados